

# Adroaldo não crê na renovação total das linhas de curto prazo

por Cecília Costa  
do Rio

O vice-presidente da Área Internacional do Banco do Brasil (BB), Adroaldo Moura da Silva, está preocupado com a adesão dos bancos credores a um novo acordo formal de renovação das linhas de crédito de curto prazo, comerciais e interbancárias. Segundo explicou, ao participar ontem do seminário Brasil-87 — O Desafio Econômico, a percepção dentro do País e no exterior é de que no dia 31 de março será possível fechar com o comitê dos bancos um novo acordo referente aos projetos 3 e 4, apesar de haver preocupações de que desse acerto não participem todos os bancos envolvidos.

“Temo que esse acordo, posteriormente, ao longo

de abril, não seja subscrito por todos os bancos, já que a representatividade dos comitês de negociação (liderados pelo Citibank, Morgan, Chase e Bankers Trust) vem sendo questionada, principalmente pelos bancos regionais dos EUA”, observou Moura da Silva, tendo comentado ainda “que, se o País conseguir a adesão de 90%, como no ano passado, será um fato inesperado”. O mais provável, de acordo com o vice-presidente do BB, é que, no tocante às linhas comerciais e interbancárias, o País tenha de viver um período de informalidade.

“De janeiro a setembro de 1986 foi assim que vivemos, e mesmo assim conseguimos renovar várias linhas. Logo, a possibilidade da informalidade não deve

ser vista como catástrofe.” Quanto às informações de que no momento atual os bancos brasileiros têm arcado com taxas de risco mais elevadas na obtenção dessas linhas, disse que, pelo que sabia, esse “spread” estava sendo mais elevado internamente, para o tomador brasileiro, e não no exterior.

“Os bancos estrangeiros ou renovam com clientes brasileiros ou depositam os recursos no Banco Central. As taxas vigentes para a renovação são as que foram acordadas nos projetos 3 e 4. Se há aumento de ‘spread’ ou cobrança de taxa de confirmação em cartas de crédito para importação, isso deve estar ocorrendo no mercado brasileiro”, afirmou.

O que está na realidade acontecendo, conforme in-

formou, é a redução dessas linhas em relação aos volumes concedidos no ano passado, desde que o Brasil parou de pagar os juros da dívida externa.

## REDUÇÃO DE TRANSFERÊNCIA

A respeito da negociação como um todo, Moura da Silva é de opinião que não basta reduzir a transferência de renda líquida para o exterior. Essa redução tem de ser feita com a garantia de que os recursos, ao ficarem no Brasil, se transformarão em investimentos capazes de ampliar a capacidade produtiva do País.

Além do processo de ajuste natural da economia que já vem ocorrendo desde que a inflação se acelerou, caso o governo brasileiro apresente um plano aos credores garantindo investimentos produtivos, o vice-presidente do Banco do Brasil é que não haverá problemas na negociação e que o País prescindirá do Fundo Monetário Internacional (FMI).

“Precisamos apenas de um projeto de desenvolvimento que atraia investimentos externos e internos e garanta o crescimento econômico. Esse projeto ou plano é tão importante quanto redução da transferência de recursos”, destacou.

Como o que está em questão, no momento, é justamente o crescimento econômico — tema a ser debatido politicamente —, disse também que o interlocutor na negociação não pode ser apenas o comitê dos bancos, que detém 60% da dívida brasileira, sendo importante conseguir convencer governos credores dos restantes 40%, através de empréstimos repassados por agências oficiais e multilaterais.

“Se não ocorrer a adesão dos governos ao projeto brasileiro, continuaremos, por exemplo, sem os recursos dos Eximbanks, que continuam fechados para nós”, afirma Adroaldo Moura da Silva.